

LEI Nº 8273

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA E OBRAS DE INTERESSE COMUM, ESPECIALMENTE VARGEM ALTA E OUTROS MUNICÍPIOS LÍMITROFES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal **APROVA**, e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de convênio com municípios limítrofes a fim de viabilizar ações conjuntas de infraestrutura viária e obras de interesse comum.

§ 1º. O objeto dos ajustes poderá abranger:

I – a elaboração de estudos técnicos preliminares, de caráter ambiental ou de viabilidade econômica;

II – a contratação de projetos básicos ou executivos de engenharia;

III – a execução de obras de pavimentação, drenagem, sinalização ou recuperação da via;

IV – a utilização compartilhada de recursos técnicos, humanos ou financeiros para tais finalidades.

§ 2º. Os termos e condições da cooperação, inclusive responsabilidades técnicas, administrativas e financeiras, serão definidos em instrumento específico firmado entre os entes partícipes.

Art. 2º Para fins do disposto na presente lei, fica autorizada a realização de obras e serviços nos seguintes trechos:

I – Cachoeiro de Itapemirim x Vargem Alta: no trecho que interliga as localidades de São Vicente (Cachoeiro de Itapemirim) a Prosperidade (Vargem Alta), para fins de realização de obras de asfaltamento ou calçamento;

II – Cachoeiro de Itapemirim x Vargem Alta x Rio Novo do Sul x Itapemirim: visando a construção de rodovia, interligando a estrada do Frade ao monumento natural do “Frade e a Freira”, podendo ainda fazer estradas, serviços de eletrificação e parque natural no monumento.

Art. 3º Os Municípios poderão pactuar a respeito da realização de repasses de recursos financeiros, prestação apoio técnico e fornecimento material ou serviços, observada a legislação aplicável e a disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* deste artigo deverão estar respaldados em dotação orçamentária própria e seguir as exigências da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à transferência voluntária de recursos.

Art. 4º Os instrumentos firmados com base nesta Lei deverão conter cláusulas que assegurem:

- I** – o interesse público envolvido;
- II** – a prestação de contas pelos partícipes;
- III** – os mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização das ações conjuntas;
- IV** – a previsão de rescisão e suas consequências.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações previstas em orçamento, ficando autorizada a abertura de créditos especiais, se necessário.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Fazenda promoverá as adequações orçamentárias que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento da presente lei, inclusive suplementação de recursos.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 08 de dezembro de 2025.

JOSÉ CARLOS CORRÊA CARDOSO JÚNIOR
Prefeito Municipal em Exercício